Centro de Pobreza



Outubro, 2006 Número 23

Desigualdade e os ODM da Educação para a América Latina

Por Eduardo Zepeda pelo Centro Internacional de Pobreza

Após a Declaração do Milênio, em 2000, oito metas abrangentes com metas quantitativas específicas a serem cumpridas até 2015 foram articuladas como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Estas incluem reduzir para metade a pobreza e a fome, chegar a alcançar a educação primária universal, eliminar diferenças de gênero, a melhoria da saúde materna e infantil, promover o desenvolvimento sustentável e a construção de um pacto global para o desenvolvimento. No ano de 2005, uma avaliação abrangente encontrou progressos desiguais em todo o mundo. Embora muitos países tivessem vivenciado rápido progresso rumo a vários dos objetivos, um número apreciável havia avançado lentamente e alguns tinham experimentado retrocessos.

De importância chave para o desenvolvimento é conseguir chegar a um ensino primário universal, o Objetivo 2. Este objetivo está ao alcance na maioria das regiões – a exceção é a África Subsaariana. A América Latina e Caribe (ALC) estão tendo um bom desempenho neste objetivo. O indicador correspondente, a taxa líquida de escolarização (matrículas) na educação primária, mostra uma taxa de 95% em 2004/2005. Os progressos na região tem sido rápidos, impelidos por melhorias rápidas pelos grupos populacionais que tinham baixa realização na década de 1980.

Utilizando dados provenientes de pesquisas domiciliares e exibidos no sistema EQXIS (http / /: www.iadb.org / xindicators), pode-se visualizar a velocidade de avanço e da redução da desigualdade. O gráfico mostra o hiato entre o quinto mais rico e o mais pobre da população nos anos de 1990 e de 2000 para os países selecionados (barras indicam hiatos; a sua extremidade esquerda dá a taxa líquida de freqüência escolar para o quinto mais pobre da população, a extremidade direita final para os mais ricos). A maioria dos países vivenciou melhorias na taxa de freqüência escolar e a maior parte também reduziu o hiato entre os mais ricos e o quintil mais pobre.¹ Em alguns casos, como Chile, Equador ou México, os dados relativos a 2002 sugerem que a diferença nas taxas de freqüência líquida entre estes dois grupos seja pequena.

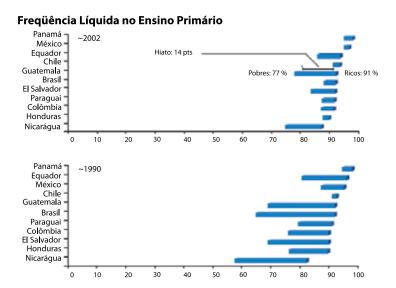
Mas a desigualdade está longe de ser eliminada. Olhando mais de perto e trazendo fatores como gênero e etnicidade, encontra áreas de preocupação. Apesar de não existir diferença entre os quintis do topo e os de baixo para o grupo étnico branco no Brasil, ambos em 92%, a taxa para afro descendentes (pretos) no quintil mais pobre é de 86%. Em El Salvador a interação de renda e gênero molda as desigualdades. Enquanto taxas nacionais de freqüência escolar para o sexo masculino e para o feminino são as mesmas, 88%, do sexo feminino no quintil mais pobre têm uma taxa baixa, de 82%, enquanto as dos mais ricos têm uma taxa de 94%.

A herança de desigualdade da ALC poderá empecê-la de alcançar a educação primária universal até 2015. Projeções atuais da taxa líquida de escolarização [matrículas] sugerem que a região esteja no bom caminho para cumprir a meta até 2015. No entanto, projetando desde a década de 1990 para os próximos 10-15 anos assume que o ritmo muito rápido entre os grupos populacionais que atingiam baixo nível educacional, no início de 1990 irá continuar. Mas, é mais fácil aumentar taxas de matrícula quando os níveis iniciais são baixos. Então agora, alcançando-se maior nível de instrução, a rapidez da mudança provavelmente irá desacelerar. O relatório da Cepal sobre os ODM (2005) confirma que a desigualdade é um problema importante.

As decisões de formulação de políticas guiadas por amplas cifras de médias podem ser gravemente enganosas. Para alcançar a educação primária universal, bem como outros objetivos e metas dos ODM, a elaboração de políticas deveria basear-se, desde o início, na análise traçada a partir de dados desagregados. Embora a região tenha tido êxito na redução de grandes hiatos na educação, o ritmo do progresso futuro é suscetível de ser lento. Portanto, os esforços políticos devem ser encaminhados. O apoio a grupos desfavorecidos tem de ser bem concebido, uma vez que será mais difícil chegar a eles. O sucesso no aumento do número e proporção de pessoas com instrução primária não garante a sua qualidade; na verdade, a qualidade da educação está claramente na necessidade de melhoria. Além disso, o acesso a uma educação de qualidade deve ser igualitário.

Referência:

1. Diana Alarcon, Jose Antonio Mejia e Eduardo Zepeda, Achieving the MDGs Beyond the Averages, Conference Paper: The MDGS in Latin America: Inclusion and Human Development, IPC-IDB, Brasília, Brasil, Outubro de 2006.



O **Centro Internacional de Pobreza** (CIP) é um projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Brasileiro, que tem como finalidade a promoção da Cooperação Sul-Sul em pesquisa aplicada e treinamento sobre temas relacionados à pobreza. O CIP se especializa na análise dos temas da pobreza e da desigualdade e na provisão de recomendações para a formulação de políticas direcionadas à redução da pobreza. O CIP é diretamente vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual elabora pesquisas no âmbito do Governo Brasileiro, e ao Bureau for Development Policy, PNUD.

O CIP publica Working Papers, Policy Research Briefs, edições da revista Poverty in Focus,

One Pagers e Country Studies.

Para informações adicionais e acesso às publicações do CIP: www.undp-povertycentre.org